

Terceirização da morte: libertos e cativos rio-grandenses na guerra contra Paraguai.

Outsourcing of death: freed and captive Rio Grande in the war against Paraguay.

Wagner Cardoso Jardim¹

Resumo: A participação negra na guerra contra o Paraguai foi bastante e satisfatoriamente tratada pela historiografia brasileira. No que diz respeito a historiografia sul-rio-grandense, esse tema e outros relacionados ao conflito, não recebeu quase nenhum destaque. Propomos, nesse artigo, apresentar parte dos resultados obtidos, em nossas pesquisas, sobre a participação de cativos libertos levados a lutar no Paraguai.

Palavras-chave: escravidão; guerra; substitutos.

Resumen: La participación negra en la guerra contra el Paraguay fue tratada de manera muy satisfactoria por la historiografía brasileña. En cuanto en la historiografía sur-Río-Grandense, este tema y otros relacionados con el conflicto no recibieron casi ningún protagonismo. Proponemos, en este artículo, presentar parte de los resultados obtenidos, en nuestras investigaciones, sobre la participación de cautivos liberados llevados a luchar en Paraguay.

Palabras-clave: esclavitud; guerra; sustitutos.

Summary: Black participation in the war against Paraguay was treated very satisfactorily by Brazilian historiography. As for South-Rio-Grandense historiography, this issue and others related to the conflict received almost no prominence. We propose, in this article, to present part of the results obtained, in our investigations, on the participation of released captives led to fight in Paraguay.

Keywords: slavery; war; substitutes

A guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai deve seu início, em boa medida, ao interesse da classe proprietária sul-rio-grandense, em especial, setores ligados a criação de gado e produção de charque. Quando do início do conflito, a população da província do Rio Grande, seria de uns 450 mil habitantes. Mais ou menos a mesma população paraguaia, na época. Um número significativo dessa população era de trabalhadores escravizados, empregados, sobretudo, nas estâncias de criação de gado e nas charqueadas do sul. Parte do contingente de cativos foi amplamente utilizado como recurso militar durante o conflito contra o Paraguai.²

A legislação imperial permitia que militares ou guardas nacionais, obrigados a servir, fossem substituídos por outras pessoas. Trabalhadores livres e pobres, com frequência, mediante pagamento, substituíam esses militares. Trabalhadores escravizados também foram bastante utilizados como substitutos. Durante o conflito contra o Paraguai, sobretudo após seu prolongamento, muitos militares e guardas nacionais, endinheirados ou não, lançaram mão desse expediente para livrarem-se da morte quase certa nos campos de batalha.

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós Graduação da Universidade de Passo Fundo – PGHUPF.

² Cf. SOUZA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad: Adesa, 1996.pp.135.

Segundo o historiador Mário Maestri, “estima-se que até 20% dos soldados enviados, em 1865-70, para lutar e morrer no Paraguai, fossem cativos alforriados, sobretudo, para substituir homens livres convocados”.³ Desde o início do conflito, já se observava a libertação de cativos. Aos soldados alforriados, o que se lhes oferecia era a liberdade, gozada, se vivos voltassem do teatro de operações. Para garantir isenção, para si ou para outra pessoa, em qualquer serviço militar: Exército, Guarda Nacional ou Marinha, homens e mulheres, em geral, com posses ofereciam cativos libertos para lutar em seu lugar. Havia quem, isento do serviço do Exército, oferecesse substituto liberto para ser liberado também da Guarda Nacional.⁴

As cartas de alforria eram objetivamente contratos elaborados entre o proprietário e o cativo. Em suma, o cativo era liberto de sua condição de escravo. Isso poderia ocorrer com ou sem ônus para o liberto. No geral, as alforrias serviram, no entardecer da escravidão, para garantir a permanência do cativo por mais algum tempo a serviço do seu algoz.⁵ Para isso, lavrava-se um contrato, carta de alforria, em que o cativo se comprometia a ficar por algum tempo a serviço da família do proprietário. Outros casos, em que cativos conseguiram capitalizar-se, poderiam comprar sua liberdade. Em menor número, havia a alforria sem ônus algum, quando o cativo, no geral já velho e doente, era alforriado como “prêmio” por seus serviços prestados.

Não raras vezes, esses libertos, não tendo onde morar e para onde ir, continuavam a servir seus antigos proprietários. Uma modalidade de alforrias condicionais ocorriam em períodos específicos de conflitos. O escravizador ou alguém com dinheiro para adquirir um cativo lhes oferecia a liberdade em sua substituição no serviço militar. Ao que, à oportunidade de os escravizados se libertarem, aquilo era mais uma faceta da cruel exploração classista da ordem escravocrata de então.

Registros cartoriais

Entre 1865 e 1869, nos tabelionatos de Transmissões e Notas, Registros Gerais e Registros Ordinários do Rio Grande do Sul, lavraram-se 325 cartas de alforria condicionais ao serviço no Exército, em corpos de voluntários da pátria ou na Guarda Nacional em guerra contra o Paraguai. Esse número representa menos de 1% dos rio-grandenses que a historiografia convencionou terem ido para a guerra. Nesse período,

³ MAESTRI, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: EdUPF, 2010.p.119.

⁴ PEREIRA, Correspondência de José Fernandes dos Santos. 1865. Autoridades Militares, maço 190.

⁵ ASSUMPTÃO, Jorge Euzébio. Demografia escrava das charqueadas pelotenses. Em: MAESTRI, Mário; ORTIZ, Helen. (org.) *Grilhão negro: Ensaio sobre a escravidão colonial no Brasil*. Passo Fundo: EdUPF, 2009.p.267.

nos tabelionatos das diversas comarcas do interior da província, 186 cativos foram libertos, com os mesmos critérios. Já nos tabelionatos da capital e seus distritos, foram 139 cartas de alforria.

O levantamento das alforrias do interior é, como o título diz, seletivo, portanto parcial, mas de enorme importância para a história e memória da escravidão no Rio Grande do Sul. Primoroso material elaborado por pesquisadores e corpo técnico do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), sob coordenação de Jovani de Souza Scherer e Marcia Medeiros da Rocha, no ano do seu centenário (2006).⁶ Em dois volumes, contendo mais de mil e duzentas páginas, o material foi editado, impresso e teve a capa elaborada pela Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (Corag), empresa de economia mista, com balanços superavitários, extinta, em dezembro de 2016, no governo neoliberal, privatista de José Ivo Sartori, (2015-18), do MDB.

Em 2007, o historiador Paulo Roberto Staudt Moreira e a historiadora Tatiani de Souza Tassoni publicaram *Que com seu trabalho nos sustenta: As cartas de Alforria de Porto Alegre (1748-1888)*, pela editora EST. Um trabalho tão intenso e exaustivo quanto aquele produzido pelo APERS. Com 800 páginas, os autores transcreveram cartas de alforria do 1º, 2º e 3º tabelionatos de Porto Alegre; das freguesias de Aldeia dos Anjos, da Barra, das Pedras Brancas e de Viamão; do Cartório Distrital de Belém Novo e da Câmara da Capitania do Rio Grande de São Pedro.⁷

Em agosto de 1865, Francisco Joaquim Ferreira libertou o preto de 36 anos, Marcelino, com a condição de lhe substituir. A carta de alforria estipulava que o liberto deveria servir em seu lugar na Guarda Nacional da província do Rio Grande do Sul “[...] durante a presente guerra, que o Brasil tem com o Paraguai, e finda que ela seja, servir no Exército Imperial, também em minha substituição, pelo tempo que faltar para o completo de 12 anos, de destacamento na Fronteira [...]”⁸

O texto da lei também estipulava que o substituto ficaria sob responsabilidade do substituído pelo prazo de um ano, a partir do juramento da bandeira. Em busca de minimizar as tentativas de deserções, os alforriantes faziam constar, nas cartas, que o liberto deveria cumprir “religiosamente” o que ali fora estipulado, sob pena de o

⁶ DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO, catálogo seletivo de cartas de liberdade: acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul.Vol.1. Porto Alegre: CORAG, 2006; DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO, catálogo seletivo de cartas de liberdade: acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul.Vol.2. Porto Alegre: CORAG, 2006.

⁷ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiani de Souza. *Que com seu trabalho nos sustenta: As cartas de alforria de Porto Alegre (1748-1888)*. Porto Alegre: EST, 2007.

⁸ DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO, catálogo seletivo de cartas de liberdade.Vol.1. Ob.cit.p. 365

contrato tornar-se nulo e ele voltar à condição de escravo.⁹ Outros estipulavam pagamento de multa por deserção. O próprio decreto buscava estimular o engajamento dos substitutos e desencorajar as deserções. Dizia ele que os engajados naqueles termos receberiam “o mesmo prêmio e vencimentos concedidos aos voluntários do Exército”.¹⁰

Região sul: maior índice

No que se refere ao interior, os municípios de Jaguarão, Pelotas e Rio Grande, de pulsante economia e importantes centros escravistas, registraram os maiores índices de alforriamento condicional. Jaguarão registrou trinta e seis cartas de alforria; de Pelotas e seus distritos, foram alforriados cinquenta e nove cativos, de Rio Grande e seus distritos, cinquenta e quatro. Isso significa que somente daqueles três municípios alforriaram-se cento e quarenta e nove escravos, o que representa 79,68% de todas as alforrias, condicionadas ao serviço militar, do interior do Rio Grande do Sul. Nota-se na documentação a ausência de registros de alforrias, referentes ao conflito, de diversas localidades, como Alegrete, Bagé e Uruguaiana, centros de produção pecuarista com forte presença de cativos. Assim, esses números podem ser maiores.

Os documentos levantados, tanto do interior quanto da capital, trazem importantes informações dos escravos a serem libertos e sobre o proprietário. Dados como: idade, cor da pele, origem, estado civil, profissão e condição em que foi liberto. Sobre o proprietário, os documentos apresentam informações sobre o nome, data da concessão da carta, a quem beneficiava a alforria e relação com o Exército ou Guarda Nacional.

As cartas nem sempre apresentam todas essas informações. No relativo ao interior do Rio Grande do Sul, a idade média dos alforriados para servir na guerra contra o Paraguai era de pouco mais de vinte e seis anos; tendo o mais novo, dezoito e, o mais velho, trinta e nove. Entre os alforriados da capital e seus distritos, a idade média era de quase vinte e quatro anos; tendo o mais novo dezessete e, o mais velho, quarenta e cinco anos. A concessão de liberdade a cativos, no auge da idade produtiva, pode sugerir que, para os substituídos, a garantia de livrar-se da guerra – risco de morte – era mais importante que os prováveis benefícios da exploração da mão de obra escravizada. Dessas cartas, apenas nove do interior e vinte e cinco da capital informavam sobre o estado civil dos libertos, todos solteiros.

⁹ Loc.cit.

¹⁰ BRASIL. DECRETO Nº 3. 513, DE 12 DE SETEMBRO DE 1865. Isenção do Recrutamento [...] Ob.cit.

Os trabalhadores libertos eram, em média, muito jovens e solteiros, parte da força de trabalho da província. A ocupação dos alforriados foi pouco constante naqueles documentos. Das 235 cartas, apenas vinte e seis indicavam a profissão ou falta dela. Dos nove libertos do interior em que aparecia a ocupação, dois eram alfaiates, cinco campeiros, um capataz e, um, sapateiro. Dos dezessete registros da capital, um era alfaiate, três campeiros, um cangueiro, um carpinteiro, um ferreiro, um marceneiro, um pedreiro, quatro sapateiros e, três, sem ofício. Vê-se, apesar da pouca amostragem que, na capital, as profissões urbanas se sobressaiam. Infelizmente, a pouca incidência dessa informação nas documentações não nos permite fazer maiores análises sobre as condições de trabalho dos libertos.

No que diz respeito à cor da pele dos libertos, ou pelo menos, como eram descritos, as cartas apresentam uma miscelânea de cores, predominando, no geral, o preto e o pardo. Caracterizar trabalhadores escravizados era, além de identificar as “propriedades”, uma forma de facilitar eventual captura. Assim como os demais dados, os referentes à cor dos indivíduos não são completos, deixando de existir caracterização para vários dos alforriados. As cartas, referentes ao interior, apresentaram noventa e um registros de cor de pele. É interessante notar que a indicação variou bastante. A documentação indica que se alforriaram dois cabras; um fulo; quatro mulatos, quarenta e cinco pardos; um pardo/mulato e trinta e oito pretos.

Dados incompletos

A documentação referente à cidade de Porto Alegre e seus distritos igualmente não é completa no que diz respeito à caracterização dos alforriados, a exemplo do que ocorreu com as informações sobre idade e ofícios. Das cerca de cento e quarenta cartas de alforria constantes do levantamento de Paulo Moreira e Tatiani Tassoni, apenas setenta e quatro traziam informações sobre a cor da pele do liberto. Verificou-se ainda mais variações na tonalidade da pele, sempre informada por terceiros e não como auto identificação. Eram: dois pardos; um mulato; um mulato/moreno; quarenta pardos; um pardo escuro; dois pardos/cabras; um pardo/moreno escuro; sete pardos/mulatos; dezoito pretos e, um, preto/pardo/mulato. Conforme a tabela a seguir.

Cor da pele dos alforriados

Cor da pele	Interior	%	Capital	0,00%
Pardo	45	49,45%	40	54,05%
Preto	38	41,76%	18	24,32%
Cabra	2	2,20%	2	2,70%
Mulato	4	4,40%	1	1,35%

Fulo	1	1,10%	0	0,00%
Pardo/mulato	1	1,10%	7	9,46%
Preto/pardo/mulato	0		1	1,35%
Pardo escuro	0		1	1,35%
Pardo/cabra	0		2	2,70%
Mulato/moreno	0		1	1,35%
Pardo/moreno escuro	0		1	1,35%
Total	91	100,00%	74	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados obtidos em: DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO, catálogo seletivo de cartas de liberdade: acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Vol.1 e 2. Porto Alegre: CORAG, 2006; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiani de Souza. *Que com seu trabalho nos sustenta: As cartas de alforria de Porto Alegre (1748-1888)*. Porto Alegre: EST, 2007.

A guerra contra o Paraguai foi consenso entre as classes proprietárias de Norte a Sul do Império, sobretudo, em seu início. Ela, no entanto, nunca chegou a ser uma guerra de apelo popular. A retórica do governo brasileiro de levante geral popular para lutar uma guerra pela honra nacional não foi mais do que espasmos de patriotismo e empolgação. No geral, a massa, quando aderiu à campanha militar, foi motivada pelos benefícios pecuniários que lei garantia, em especial, aos voluntários da pátria. Prova disso as constantes e inúmeras deserções ocorridas no exército imperial, desde o princípio da guerra.

À medida em que a guerra se prolongava, o ardor patriótico esmorecia, as deserções aumentavam e os militares e guardas nacionais, designados a servir nos exércitos em operações, utilizavam todos os recursos possíveis para escapar dela. Entre as saídas, utilizaram-se pedidos de inspeções de saúde para livrar-se do serviço, expediente, no geral, com definição positiva, apenas mediante influência política. Outra saída que também dependia de ligações políticas era, no caso dos guardas nacionais, conseguir ser arrolado na reserva.

Aos homens com pouca ou nenhuma condição política ou pecuniária, restava fugir dos recrutadores, mesmo que por um período. Não raras vezes, os fujões encontravam guarida em casas e fazendas da região ou no Uruguai. A substituição, no Exército e na Guarda Nacional era medida garantida pelo decreto nº2029 de 18 de novembro de 1857 e pelo decreto nº3513 de 12 de setembro de 1865. Pouco acionado no início da guerra, esse recurso seria amplamente utilizado nos anos que se seguiram.

No Rio Grande do Sul, grande parte da classe proprietária exigiu, incentivou e apoiou o conflito contra o Uruguai. O mesmo não ocorreria no decorrer da guerra contra o Paraguai, em especial após à rendição de fração do exército lopizta, em Uruguiana. Em 22 de setembro de 1866, os exércitos aliancistas sofreram sua pior derrota naquele

conflito. A batalha de Curupayty praticamente aniquilou o 2º Corpo do Exército, comandado por Manuel Marques de Sousa, o barão de Porto Alegre e composto com grande efetivo de rio-grandenses.

A sombra de Curupayty

Essa derrota pode ter acelerado as substituições. Quase 95% ocorreram após aquela batalha. A tabela a seguir demonstra que das trezentos e vinte e cinco alforrias condicionais à guerra, apenas uma foi realizada entre 1864, início oficial da guerra contra o Uruguai e 10 de junho de 1865, quando as tropas paraguaias invadiram o Rio Grande do Sul; quinze alforrias entre essa invasão e a rendição do exército, em Uruguiana; uma entre aquela rendição e a derrota em Curupayty, 22 de setembro de 1866 e, trezentas e oito, no período após a batalha. A tabela abaixo traz os detalhes.

Número de alforrias por período

Período	Quantidade	%
Entre 1864 e 10/6/65	1	0.31%
Entre 10/6/65 e 18/9/65	15	4.62%
Entre 18/9/65 e 22/9/65	1	0.31%
Após 22/9/66	308	94.77%
Total	325	100.00%

Fonte: Com base em: DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO, catálogo seletivo de cartas de liberdade: acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Vol.1 e 2. Porto Alegre: CORAG, 2006.

Outro dado bastante importante dessa documentação é o que se refere à origem dos alforriados. Aqui, há uma particularidade. A informação nem sempre é clara e, por vezes, é dúbia, por exemplo, em alguns casos o anotante referiu-se ao liberto como “crioulo”. Essa é uma caracterização dúbia, uma vez que *crioulo* poderia tanto se referir a quem nasceu no Brasil, como a quem nasceu na província, por isso optamos por classificar separadamente as referências a “crioulo” e a “desta província”.

No interior da província predominaram os libertos “desta província”, com sessenta e um registros, enquanto a indicação “crioulos”, apareceu trinta e sete vezes; do Ceará era um; da província do norte, um; nação, um; de Pernambuco, cinco; da Bahia, sete; do Espírito Santo um; do Rio de Janeiro três e, de Santa Catarina, um.

No registro “desta província”, agrupamos todas as referências que indicavam nascimento no Rio Grande do Sul, mesmo que, em algumas vezes, o documento fosse específico, como “crioulo de Porto Alegre” ou “crioulo de Viamão”. Libertos originários de outras províncias também ocorreram, como da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e mesmo não nascidos no Brasil, como escravos Nação ou Mina. Esse

levantamento é apenas parcial, por isso, não podemos dizer, com certeza, que, nesse período, no Rio Grande do Sul, predominavam os cativos crioulos, aqui sim, como sinônimo de nascidos no Brasil.

Na capital, os libertos originários “desta província”, eram maioria com sessenta e três registros seguidos dos de referência “crioulo”, com trinta; da Bahia, três; de Pernambuco, um; do Paraná, um e, Mina, um. Nota-se que nessa pequena amostragem da qual nos utilizamos para analisar o perfil dos substitutos de guerra, os nascidos no Império são predominantes em todas as regiões. Essa conclusão contrasta com os resultados encontrados por Euzébio Assumpção, no referente a Pelotas. Segundo o autor, na segunda metade do século 19 ainda, havia “a superioridade numérica dos africanos em relação aos crioulos”.¹¹

Origem dos alforriados do interior e da capital

Origem	Interior	%	Capital	%
Desta província	61	50,83%	63	63,64%
Ceará	1	0,83%		
Crioulo	37	30,83%	30	30,30%
Província do Norte	1	0,83%		
Nação	3	2,50%		
Pernambuco	5	0,04%	1	1,01%
Bahia	7	5,83%	3	3,03%
Espírito Santo	1	0,83%		
Rio de Janeiro	3	2,50%		
Santa Catarina	1	0,83%		
Paraná			1	1,01%
Mina			1	1,01%
Total	120	100,00%	99	100,00%

Fonte: DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO, catálogo seletivo de cartas de liberdade: acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Vol.1 e 2. Porto Alegre: CORAG, 2006.

Condições desiguais

A carta de Alforria era um contrato de base amplamente desfavorável ao “beneficiado”. As substituições, que precisavam ter o deferimento do governo imperial, impunham condições para os substituídos gozarem da liberdade. Para forçar boa conduta do alforriado, que ainda estava sob sua responsabilidade, o alforriante estipulava no *contrato de alforria*, o pagamento de multas por descumprimento. Tais multas significavam desde pagamento pecuniário por sua liberdade, o que era difícil para a maioria dos cativos ou a obrigação de continuar atrelado ao proprietário por período igual ao que deveria ter servido no exército. Ao cativo que sobrevivesse, as

¹¹ ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. Demografia escrava das charqueadas pelotenses. Ob.cit.p.263.

dificuldades da condição militar, ao retornar, levava uma vida à mercê da sorte. Muitos preferiram desertar, antes mesmo de entrar em guerra.¹²

Eventualmente, o proprietário que concedia a alforria não o fazia por substituição, mas como forma de contribuir para o aumento das tropas e, quem sabe, obter alguma vantagem. Quando o cativo era incorporado tão somente como substituto, não gozava das vantagens de ser voluntário. Em março de 1866, na cidade de Rio Grande, Luiz Joaquim de Carvalho concedia carta de alforria para o cativo Leopoldo, “para o fim especial de sentar praça como **Voluntário da Pátria**”. Nesse caso, o alforriante beneficiava, se é assim possível dizer, o cativo e, ao mesmo tempo, demonstrava seu “patriotismo”. O ex-proprietário do cativo alegava ser “chefe de numerosa família, velho e doente [...]”, por isso não poderia marchar para o Paraguai.¹³

O negro cativo José, 28 anos, de propriedade de Maria Antônia Munis, do 1º distrito da Vila de Piratini, teve sorte parecida. Em 28 de dezembro de 1866, a proprietária o oferecia, sem que houvesse substituição. Durante a formação do 3º Corpo do Exército muitos cativos foram libertos e engajados como se fossem *voluntários substitutos*.

Nacionais e estrangeiros, em nome de pessoas ou de empresas, por conveniência ou contra a vontade, contribuíram com a *libertação* de cativos. Dezenas o faziam em nome de seus filhos, alguns menores outros em tempo de servir. Outros, por algum empregado com qualificação e de difícil substituição. Assim, centenas de libertos receberam o “privilégio” de servir ao Império naquela guerra. Alguns casos são peculiares e reafirmam o caráter excludente e opressor daquela sociedade escravista. José Luiz Cardoso de Sales, fornecedor do exército, e Antônio Joaquim da Silva doaram dois libertos cada, em nome dos filhos que se achavam na Europa.¹⁴

As cartas de alforria, aqui analisadas, demonstram que a imensa maioria dos libertos era destinada à substituição de alguém e, não simplesmente, para engrossar as fileiras do exército. Em momento de grande incerteza sobre os destinos e duração da guerra e, temendo, quem sabe, novas vitórias do exército paraguaio, a substituição alcançou números até então não vistos naquele conflito. Pais e mães antecipavam-se

¹² Id.ib.,p.372-4.

¹³ Id.ib.,p.430.

¹⁴ AHR. MAPA dos voluntários e engajados para o 3º Exército, levantados pela comissão do 2º distrito da capital.1867. Autoridades Militares, maço 201.

oferecendo substitutos aos filhos, muitos sem nem idade para servir.¹⁵ Guardas nacionais – já no teatro de operações ou para lá designados – fugiam do alistamento como o *diabo fuge da cruz*. O patriotismo, nas camadas médias e ricas da população, morreu junto com milhares de seus conterrâneos em Curupayty.

Que morra o filho alheio

Dos trezentos e vinte e cinco libertos em condicionantes militares registrados nos cartórios do Rio Grande do Sul, no período daquele conflito, cento e três estavam destinados a substituir o filho de alguém; cento e vinte libertaram seus escravos ou compraram cativos para lhes substituir; sessenta e dois cativos substituíram algum parente, amigo ou empregado do concedente; doze libertos para substituir outros parentes: sobrinho, enteado, neto, genro e cunhado. Doze cativos comprados pelo governo imperial, sem substituição.

Em Porto Alegre, no fim de 1866, surgiram comissões *patrióticas*, organizadas por setores endinheirados da sociedade para angariar fundos e recrutar homens para ir à guerra. A comissão de engajamento e arrecadação de fundos para a guerra, do 2º distrito de Porto Alegre, comprou a liberdade de um cativo e outros quinze foram libertos por seus proprietários, sem necessidade de substituição. Sabe-se que a referida comissão comprou a liberdade de mais cativos, não arrolados na documentação.

Em geral, a libertação de cativos representava maior custo do que o engajamento de *voluntário* pago. Engajar, custava, em média, 500\$, já a alforria paga, por seu valor de mercado, nos anos da guerra, custava em torno de 1:000\$, ou seja, o dobro.¹⁶ Dos trabalhadores escravizados libertos por motivo da guerra, no interior da província, cerca de 25% foram comprados para libertar. Na capital, esse número é bem maior, cerca de 65%. O que sugere maior acumulação relativa de capital, em Porto Alegre e maior concentração demográfica de cativos, no interior.

O valor pago por esses trabalhadores também variou. No interior do Rio Grande do Sul, em média, o escravizado custou 1.107\$, na capital, 1.031\$, uma pequena diferença. O valor que o governo imperial pagou para libertar escravos, no Rio Grande do Sul, foi mais alto do que o valor pago por particulares, tanto no interior quanto na

¹⁵DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO, catálogo seletivo de cartas de liberdade: acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul.Vol.2. Ob.cit.p.965.

¹⁶ NOGUEROL, Luiz Paulo Ferreira. Mercado regional de escravos: padrões de preços em Porto Alegre e Sabará, no século XIX — elementos de nossa formação econômica e social. Ensaios FEE, Porto Alegre, vol. 23, nº especial.2002. disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2020/2401>

capital, 1.300\$, em média. Valor majorado talvez pela demora que representava vender ao governo.

O valor do trabalhador escravizado poderia variar em função de sua especialização profissional ou idade. Geralmente, cativos novos e com alguma especialização, eram mais bem valorizados.¹⁷ De acordo com o historiador Setembrino Dal Bosco, em sua obra *Escravidão e pastoreio no Rio Grande do Sul 1780-1889*, de 2015, o valor dos cativos, no período da guerra, não apresentou grandes variações. Nas décadas de 1860-69, em Bagé, Rio Pardo e Vacaria, o valor médio do trabalhador escravizado aumentou cerca de 10%, na comparação com o decênio anterior. Aquela porcentagem estava na média das variações dos decênios precedentes.¹⁸

Estima-se que 40% dos substituídos eram guardas nacionais. Nem todos eles residentes no Rio Grande do Sul. Em outubro de 1867, Manoel de Oliveira Reis libertou Cesário P. Americano, de 29 anos, crioulo do Rio Grande do Sul, em substituição a Flávio Portinas Americano, guarda nacional da Corte. A carta não especifica se mediante pagamento. Em fevereiro de 1868, Francisco José Ferreira alforriou o preto Joaquim, que substituiria ao jovem guarda nacional, de 17 anos, Prudêncio José da Silva Filho. O jovem morava com um tio no Rio de Janeiro. Lá, trabalhava como caixeiro em um comércio.¹⁹

Nesse caso, é difícil especular em que condições o jovem foi arrolado nas fileiras militares e como se deu a substituição. O fato de ter que trabalhar atesta sua condição econômica. É possível que seu empregador tivesse pago sua substituição, mesmo que tardiamente. Isso o documento não revela. Poderia também ter juntado economias e, no Rio Grande, ciente da possibilidade de substituição, o fez.

Troca

Nem só com dinheiro se comprava os substitutos. Por vezes, recebiam-se outros cativos em troca. Em 25 de fevereiro de 1867, Bernardo Dias de Azevedo entregou dois crioulos, de um e nove anos, para José de Souza Feijó, em lugar do cativo Manoel, que lhe substituiria no Exército.²⁰ Em 04 de abril de 1867, Faustino Corrêa entregou um

¹⁷ Cf. DAL BOSCO, Setembrino. *Escravidão e pastoreio no Rio Grande do Sul 1780-1889*. Porto Alegre: FCM, 2015.

¹⁸ DAL BOSCO, Setembrino. *Escravidão e pastoreio no Rio Grande do Sul [...]*. Ob.cit.p.156-57.

¹⁹ DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO, catálogo seletivo de cartas de liberdade. Ob.cit.p. 710.

²⁰ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiani de Souza. *Que com seu trabalho nos sustenta*. Ob.cit.p.285.

crioulo cativo à Florência Pereira de Ávila, proprietária do escravizado Severino, que o substituiria no Exército.²¹

Nos termos de alforria aparecem, por vezes, a indicação de que os cativos assentariam praça como “Voluntários”, em referência ao decreto. O termo é bastante inapropriado. O trabalhador era liberto de sua condição de escravo com a obrigação de se *voluntariar* na guerra. Ao trabalhador não restava muita escolha, ou consentia em substituir alguém em troca da *liberdade* e de quebra ganhar algum dinheiro, arriscando não voltar do Paraguai ou permanecer cativo até quem sabe sua morte. Em agosto de 1866, a preta Benedita Maria da Conceição vendeu um cativo para Inocente Francisco Maciel, por 535\$. Francisco Antônio, o liberto recebeu 68\$ de seu comprador.²² O caso da Benedita é singular, mulher preta, provavelmente alforriada, vendendo um cativo. Casos como esses, foram comuns naquela sociedade escravocrata. Isso demonstra, entre outras coisas, que o pensamento opressor não conhece cor de pele, nem gênero.

Assim como a preta Benedita Maria, que vendeu um cativo, outras dezenas de mulheres estiveram envolvidas em negociações de alforriamento condicional de escravos com o propósito de serem levados à guerra. Em quase 25% das cartas de alforria, do interior ou da capital, havia uma ou mais mulheres fazendo a transação. Seja alforriando, vendendo ou comprando. A contingência da guerra fez com que, em certas localidades, muitas mulheres conduzissem tais negócios. No teatro de operações, havia também mulheres, muitas delas acompanhando seus pais, filhos e maridos, no terror da guerra. Como veremos melhor.

Houve também quem, fugindo do seu cativeiro, se apresentasse voluntariamente ao Exército. O preto Quinto, crioulo de Gravataí, era escravo de Antônio Paim Andrade. Em março de 1867, o governo imperial pagou por sua liberdade o valor de 1.000\$ (réis), por já servir em um dos corpos de linha do Exército, depois de fugir e apresentar-se como voluntário com o nome de “Luís dos Santos”. O liberto foi enviado para o 3º Corpo do Exército.²³

Alguns desses libertos foram oferecidos diretamente às comissões patrióticas organizadas em Porto Alegre, a partir de 1867, com o fim de contribuir na formação do 3º Corpo do Exército. Na documentação, referente ao 1º distrito da capital, arrolaram-se

²¹ DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO, catálogo seletivo de cartas de liberdade. Ob.cit.p. 707.

²² MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiani de Souza. *Que com seu trabalho nos sustenta: As cartas de alforria de Porto Alegre (1748-1888)*. Porto Alegre: EST, 2007.p.279.

²³ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiani de Souza. *Que com seu trabalho nos sustenta:Ob.cit.p.286.*

seis libertos, alforriados por quatro pessoas, três brasileiros e um francês. Francisco Ferreira Porto, brasileiro, entregou dois: Francisco e Manuel; Manoel Soares Lisboa, entregou dois libertos: Domingos e Jacinto; Lopo Gonçalves Bastos, brasileiro, entregou o liberto Pedro e o francês Luís José Meyfreidy, entregou o liberto João. Os três brasileiros eram membros da comissão patriótica, como vimos.

Não eram doações

Contrastando essas informações com as respectivas cartas de alforria, percebe-se uma peculiaridade. Os libertos foram entregues como donativos ao governo para contribuir com a formação do novo corpo de exército, no entanto, as alforrias indicam que os libertos eram, na verdade, substitutos e não doações. Em 16 de dezembro de 1866, quando se iniciavam os trabalhos da comissão do 1º distrito, Francisco Ferreira Porto, comprou, de Inocência Laura da Costa, o crioulo Manoel, natural do Rio Grande do Sul, por 900\$, “com a condição de o escravo sentar praça no Exército em seu lugar.”²⁴

Menos de um mês depois, em 10 de janeiro de 1867, Francisco Ferreira Porto adquiriu de Patrício Vieira Rodrigues, o pardo, somente alforriado, Francisco Antônio, por 900\$. Sua carta de alforria estipulava que deveria “assentar praça no Exército”, no lugar de seu comprador.²⁵ Como a legislação que estipulava a substituição no serviço militar exigia a troca simples de um por um, é possível que um desses libertos tenha sido para sua substituição e outro como donativo. Em outubro de 1867, há outra carta de alforria, em que Francisco Ferreira Porto liberta o crioulo Manoel, de 22 anos, com o fim de este substituir seu filho “José Cipriano Martins Correia”.²⁶ Chama a atenção o dito filho não levar o sobrenome do pai. O liberto Manoel não estava arrolado nas doações para a comissão. Essa teria encerrado seus trabalhos em inícios de 1867.

Em 28 de novembro, de 1866, Manoel Soares Bastos adquiriu de Leopoldina Soares Bastos, de parentesco não identificado, o crioulo Jacinto, de 20 anos, natural de Rio Pardo. A carta foi concedida mediante o pagamento de 1:000\$, para que o liberto o substituísse no Exército. O documento registrou que era “como donativo que o mesmo faz[ia] ao Estado”.²⁷ A redação é contraditória, pois afirma ser para substituição e, ao mesmo tempo, um donativo. No mesmo dia, Manoel Soares Bastos, comprou Domingos, crioulo de Rio Pardo, de 26 anos, de Maria José da Silva, que o alforriou por

²⁴ Id.ib.,p.282.

²⁵ Id.ib.,p.283.

²⁶ Id.ib.,p.293.

²⁷ Id.ib.,p.282.

800\$. O liberto estava obrigado, pelo documento de liberdade, a “assentar praça no Exército”, em lugar de Manoel Soares. Nesse caso, é presumível que um dos libertos fosse em substituição e, o outro, como donativo, a exemplo do outro caso.

Tanto as cartas de alforria, quanto os documentos da Comissão Patriótica, apontam que Lopo Gonçalves Bastos apresentou apenas um liberto. No entanto, na lista da comissão ele aparece como donativo já na alforria, como substituição. Em 21 de dezembro de 1866, Inácio Cândido da Silva vendeu o pardo/cabra Pedro, desta província, por 1:000\$ a Lopo Gonçalves Bastos. Pedro deveria substituir seu comprador no “Exército Imperial”.²⁸ O francês Luís José Marius Meiffredy, não integrante da Comissão Patriótica, comprou, de Ângelo José de Fraga, o crioulo João, a quem libertou “com a condição de o escravo assentar praça no Exército, em seu lugar.”²⁹

Cativos libertos pela Comissão Patriótica do 1º distrito de Porto Alegre

Doador	Quantidade	Observações
Francisco Ferreira Porto, brasileiro.	1	Francisco, liberto.
Francisco Ferreira Porto, brasileiro	1	Manuel, liberto.
Manuel Soares Lisboa, brasileiro.	1	Domingos, liberto.
Manuel Soares Lisboa, brasileiro.	1	Jacinto, liberto.
Lopo Gonçalves Bastos, brasileiro.	1	Pedro, liberto.
Luís José Meyfreidy, cidadão francês	1	João, liberto que ofereceu ao Exército.

Fonte: AHRS. RELAÇÃO dos cidadãos nacionais e estrangeiros residentes no 1º distrito da cidade de Porto Alegre, que subscreveram e já realizaram seus donativos para engrossar as fileiras do 3º Corpo do Exército imperial. 1867. Autoridades Militares. Diversos. Maço 214.

Em 27 de fevereiro de 1867, a Comissão Patriótica do 2º distrito de Porto Alegre apresentou vinte e quatro libertos substitutos para o Exército de Manoel Luís Osório, em formação na província. Desses, catorze deveriam substituir filhos dos doadores, oito para substituir ao próprio entregador e, dois, como “voluntário”. Cinco entregaram dois libertos cada: Antônio Joaquim da Silva [Mariante], pelos filhos menores, Antônio e Guilherme, que estavam na Europa; José Luiz Cardoso de Salles, por Antônio e Francisco, filhos menores, que estavam na Europa; José Manoel Felizardo, pelo filho Joaquim José Felizardo e, um, como “voluntário”; Francisco Antônio Borges, um por seu filho João e, outro, como “voluntário” e Venceslau Joaquim Alves Leite, pelos filhos menores, Francisco e Venceslau.

²⁸ Id.ib.,p.582.

²⁹ Id.ib.,p.283.

Patriotismo com o fuzil alheio

Outros cinco apresentaram um liberto cada, em nome dos filhos: José Afonso da Silva, por Afonso, menor de idade; Constantino Antônio Dorneles, por Antônio Joaquim Dorneles Neto, guarda nacional da reserva; Antônio Bernardino Ferreira, por Estevão Luiz da Costa Ferreira, guarda nacional; Valentim Francisco de Souza, por João Francisco de Souza, guarda nacional e José Machado da Silva, por Gaspar Machado Ferreira de Castilho, guarda nacional. A sociedade Macedo & Azevedo ofereceu um liberto, por seu guarda livros (contabilista) Marcos Gonçalves da Fonseca Ruivo, guarda nacional.

O restante, oito ao total, ofereceu libertos como seus substitutos: Domingos Pereira Pacheco, guarda nacional; Manoel Alexandre da Silveira, guarda nacional; Joaquim Thomaz Mestre, guarda nacional; Júlio Peres, guarda nacional; Manoel Gildo de Aguiar, guarda nacional; Bernardo Dias de Azevedo, guarda nacional; Vitorino Nunes de Quadros, guarda nacional e João José de Aquino, do corpo policial.

No cruzamento dessas informações com as cartas de alforria, já mencionadas, encontramos divergências. Dos vinte e quatro libertos listados pela comissão arrecadadora, nove não constam nos registros cartoriais, como tendo recebido alforria. Supostamente entregues por: Antônio Joaquim da Silva [Mariante], dois, em nome dos filhos menores, Antônio e Guilherme, que estavam na Europa; Francisco Antônio Borges, um, dos dois listados, como voluntário; José Afonso da Silva, um por seu filho Afonso; Antônio Bernardino Ferreira, um, por seu filho Estevão Luiz da Costa Ferreira, guarda nacional; Valentim Francisco de Souza, um, por seu filho João Francisco de Souza; Manoel Alexandre da Silveira, guarda nacional, um por si e Julio Peres, guarda nacional, um por si.

Há divergências também na motivação da alforria. Em janeiro de 1867, José Luiz Cardoso de Sales libertou dois cativos condicionados a irem à guerra, João, cabra, de vinte anos, comprado por 1:000\$, de Francisco Batista da Silva Pereira e Lúcio, cabra, de trinta anos, comprado por 900\$, de Francisco Xavier da Cunha. Nas duas cartas de alforria, constam que eram com o propósito de “o substituir no Exército”.³⁰ Na listagem elaborada pela comissão, esses dois libertos aparecem como substitutos “por seus filhos Antônio e Francisco que se acham na Europa”. Talvez, por serem menores - os documentos não trazem a idade - o doador preferiu registrar no cartório, em seu nome, mas doar em nome dos filhos.

³⁰ Id.ib.,p.581.

Em fevereiro de 1867, José Manoel Felizardo entregou dois cativos à comissão patriótica do 2º distrito da capital: o crioulo João, de vinte e cinco anos, comprado por 1:000\$ de José de Souza Costa, e o crioulo Abel, de vinte e cinco anos, comprado por 1:000, de Maria Ricarda de Oliveira Tavares. A alforria de João era condicionada a que ele servisse “no Exército”, no lugar de José Manoel, já a alforria de Abel, para “substituir seu filho de 26 anos, Joaquim José Felizardo (guarda nacional do 1º Batalhão de Porto Alegre).”³¹ Nos registros da comissão, no entanto, constava que um dos libertos por José Manoel Felizardo era em nome do filho e, outro, apenas como “voluntário”. Provavelmente, listou seu substituto como simples contribuição à causa nacional.

Eram fornecedores

Francisco Antônio Borges, assim como José Luís Sales, forneceria ao exército imperial, libertou, segundo a lista da comissão, dois cativos. Um deles, o pardo Primitivo, de trinta anos, comprado por 1:000\$, de Joaquim Manoel de Souza Junqueira, “com a condição de o escravo substituir seu filho, João Pereira Borges, no exército.”³² Aparece na lista, outro liberto, entregue como “voluntário”. Esse, porém, não há registro nos livros de alforrias consultados.

Com os demais listados pela comissão, não há desencontro de informações, aparecem também nas alforrias: Venceslau Joaquim Alves Leite, libertou Claro Vaz, pardo, desta província, de trinta e três anos, para substituir seu filho menor, Francisco José Alves Leite Sobrinho e comprou o pardo Veríssimo, desta província, de trinta e quatro anos, de Felisbino Gonçalves da Silva, por 900\$, para substituir seu filho Venceslau Joaquim Alves Leite Filho; o capitão Constantino Antônio Dorneles libertou o pardo Antônio Luís, de vinte anos, para servir em 1ª linha pelo tempo que fosse obrigado seu filho Antônio Joaquim Dorneles Neto, guarda nacional de reserva; José Maria Machado da Silva comprou de Joaquim Campos Leão, a alforria de Raimundo, para substituir seu filho Gaspar Machado Ferreira de Castilho, no Exército.

Outros libertaram cativos para lhes substituírem. Esses também constam, tanto na lista da comissão, quanto nas cartas de alforria. Em 1867, Domingos Pereira Pacheco libertou o crioulo Antônio; Manoel Gildo de Aguiar comprou de João Carlos Figueiredo Menezes, por 1:000\$, Leocádio, mulato/pardo, desta província, de vinte e seis anos; Bernardo Dias de Azevedo, comprou, de José de Souza Feijó, a alforria de Manoel,

³¹ Id.ib.,p.284.

³² Id.ib.,p.581.

natural do Paraná, de trinta e cinco anos, mediante a entrega de dois crioulos menores, José, de nove anos e Antônio, de um ano; Vitorino Nunes de Quadros, comprou o mulato/pardo Pedro, desta província, de vinte anos, de Maria Luíza de Figueiredo Menezes, por 1:000\$; João José de Aquino comprou de Felisberto José Pacheco, por 1:000\$, a alforria de Jorge, crioulo, desta província, de trinta anos e, finalmente, Joaquim.

Tomás Mestre libertou Adão, nação, de vinte e cinco anos. Essa concessão de alforria foi registrada duplamente em épocas e locais distintos. Em 24 de dezembro de 1866, na Freguesia de Santo Amaro, município de Taquari, foi por primeira vez registrada aquela alforria. Segundo ela, o liberto deveria servir pelo outorgante, em 1ª linha, pelos anos que esse estivesse obrigado, ficando assim “isento de todo e qualquer serviço militar, tanto de paz como de guerra”.³³ Um mês depois, em 23 de janeiro de 1867, fez-se o registro, no livro 18, de Registros Gerais, do 2º Tabelionato Público, Judicial e de Notas de Porto Alegre, “com a condição de o escravo substituir seu senhor no Exército, conforme o Decreto 3509 de 12-09-65.”³⁴

Libertos engajados pela Comissão Patriótica 2º distrito Porto Alegre

Nome dos contribuintes	Libertos	Observações
Antônio Joaquim da Silva [Mariante]	2	Por seus filhos menores Antônio e Guilherme que se acham na Europa.
José Luiz Cardoso de Salles	2	Por seus filhos Antônio e Francisco que se acham na Europa
José Manoel Felizardo	2	Por seu filho Joaquim José Felizardo e outro como voluntário
Francisco Antônio Borges	2	Por seu filho João e outro com voluntário.
Venceslau Joaquim Alves Leite	2	Por seus filhos menores Francisco e Venceslau
José Afonso da Silva	1	Por seu filho menor Afonso
Constantino Antônio Dorneles Macedo & Azevedo	1	Por seu filho G.N. da Reserva Antônio Joaquim Dorneles Neto.
	1	Por seu guarda livros Marcos Gonçalves da Fonseca Ruivo, G.N.
Antônio Bernardino Ferreira	1	Por seu filho G.N. Estevão Luiz da Costa Ferreira.
Valentim Francisco de Souza.	1	Por seu filho G.N. João Francisco de Souza
José Machado da Silva	1	Por seu filho G.N. da reserva Gaspar Machado Ferreira de Castilho como substituto por ser G. N.
Domingos Pereira Pacheco	1	Como substituto por ser G.N.
Manoel Alexandre da Silveira	1	Idem
Joaquim Thomaz Mestre	1	Idem
Júlio Peres	1	Idem
Manoel Gildo de Aguiar	1	Idem
Bernardo Dias de Azevedo	1	Idem
Vitorino Nunes de Quadros	1	Idem
João José de Aquino	1	Idem por ser do corpo policial
Total	24	

Fonte: MAPA dos voluntários e engajados para o 3º Exército, levantados pela comissão do 2º distrito da capital, Porto Alegre, 27 de fevereiro de 1867. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos

³³ DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO, catálogo seletivo de cartas de liberdade: acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Vol.2. Ob.cit.p.1154.

³⁴ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiani de Souza. *Que com seu trabalho nos sustenta*: Ob.cit.p.582.

Substituindo toda a família

Logo da derrota em Curupaty e do início da formação do 3º Corpo do Exército, quase exclusivamente com contingentes do Rio Grande do Sul, as substituições aumentaram consideravelmente. Em 05 de dezembro, no Comando Superior da Guarda Nacional de Rio Grande e São José do Norte, Joaquim Gonçalves Cascão, pai do guarda nacional Manoel Gonçalves Cascão, residente na corte, apresentou Miguel Gonçalves Cascão, em substituição ao dito filho.³⁵ Em 13 de janeiro de 1867, em Pelotas, Manoel Luiz de Ávila apresentou Guilherme de Ávila, filho de Antônio de Tal, crioulo de Piratini, 26 anos, campeiro e solteiro. O liberto deveria:

[...] servir por nove anos em substituição de seu irmão José Canuto de Ávila, e quando este não exista substituirá a Ricardo Germano Lucas, e quando este também não exista substituirá a Antônio Tunflio Lucas, e ainda não existindo este substituirá a Francisco Manoel Lucas, todos estes indivíduos são praças do Corpo de Guardas Nacionais do Comando do Tenente Coronel Diaphanes de Souza Matos que faz parte do 2º Corpo de Exército em operações no Paraguai.³⁶

Em 22 de junho, na guarnição de Pelotas, Frederico de Sá, cativo do coronel Joaquim de Sá Picanço, foi liberto e entregue por Salvador Aleixo Duarte, para substituir o guarda nacional de Piratini, José Luiz Vaz. Na falta desse, substituiria “Felicíssimo Vaz Bragança” e, na falta desse outro, substituiria “João Vaz Bragança”.³⁷ Todos eles eram praças do 2º Exército.

Em 27 de junho, Octávio da Rosa, filho de Miguel de Tal, de Canguçu, 30 anos, campeiro e solteiro, foi entregue no quartel da guarnição de Pelotas por Camilo Nunes Rosa. O liberto deveria substituir “Camilo Bento da Rosa, e quando este não exista substituirá a Onofre Nunes da Rosa, e se também este não existir substituirá a Patrício Roselino Nunes, ou a Galdino Barbosa de Vasconcelos, e ainda não existido estes substituirá ao menor João Amálio da Rosa”.³⁸ À exceção do menor, os demais eram guardas nacionais do 2º Exército.

Em 1º de julho, foi apresentado o liberto Manoel Sampaio, filho de Francisco de Tal, crioulo do Rio Grande do Sul, com 20 anos, campeiro e solteiro. Era cativo de Clara Maria Ribeiro e foi liberto e entregue por José Vieira Rodrigues da Silva. Manoel deveria “servir nove anos no Exército em substituição de Fortunato José Alves de

³⁵ ANRJ – IJ 1 588. Rio Grande do Sul. Ofícios dos presidentes. 1866 (janeiro-dezembro)

³⁶ ANRJ - Coleção Caxias. Notação do documento: Caixa 805, Pacote 1. Correspondência recebida e Comando em Chefe. 1853-1878.

³⁷ Id.ib.

³⁸ Id.ib.

Sampaio, amanuense do Comando Militar da Ilha do Cerrito e na forma do Decreto nº. 3.513 de 12 de setembro de 1865”.³⁹ No mesmo dia, Libanio de Oliveira, filho de Ignácio Francisco de Carvalho, 27 anos, crioulo de Porto Alegre, alfaiate e solteiro, cativo de Faustina Maria Aires Pinto, foi entregue na guarnição de Pelotas. Foi liberto por Januário Antunes de Oliveira. Libanio deveria assentar praça por nove anos, em lugar de Luiz Alípio de Oliveira, que servia no 2º Exército. Na falta dele, substituiria o “Guarda Nacional José Antunes Ferreira”, ou ainda, “ao menor Carlo de Oliveira Fêo”.⁴⁰

Servir por nove anos

Em 13 de julho, foi apresentado, na guarnição de Pelotas, Boaventura de Andrade, filho de Antônio Dutra, de Piratini, com 25 anos, campeiro e solteiro. Antônio Hilário Pereira foi quem libertou para “servir por nove anos em substituição de José Luiz Pinheiro”. Em caso de morte do substituído, deveria servir por “Luiz Pereira Duarte” ou “Bernardo Pereira Madruga”, todos servindo na Brigada de Cavalaria, sob o comando de Manoel Lucas de Lima, no 2º Exército.⁴¹ Nota-se, em muitos casos, a obrigatoriedade de o liberto substituir a dois ou mais familiares dos alforriantes. Esse mecanismo, mormente em tempo de guerra, com grandes possibilidades de não voltar vivo, ainda mais para indivíduos com nenhum adestramento com armas, era atestado de morte.

Apresentar um substituto não era garantia de sua aceitação. A legislação, que garantia a possibilidade fazer-se substituir, consignava tal hipótese a prévias condições para o serviço militar do substituto. O deferimento, em última análise, era dos comandantes em chefe dos exércitos. Em algumas circunstâncias e, por motivos nem sempre puramente militares, as submissões eram negadas.⁴² Várias cartas de alforria traziam um condicionante que atendia a uma possível recusa. Tal como nos casos de deserções, a liberdade era revogada e a pessoa voltava ao cativo ou negociava como poderia pagar pela liberdade.

Em novembro de 1866, o preto Tomás Furtado foi comprado e liberto por Alexandre José da Silveira Filho, para que lhe substituísse no Exército. Como foi recusado, deveria pagar o valor que recebeu para marchar. Em fevereiro do ano seguinte, lavrou-se um “Papel de Obrigação de Serviços” em que Tomás se

³⁹ Id.ib.

⁴⁰ Id.ib.

⁴¹ Id.ib.

⁴² DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO, catálogo seletivo de cartas de liberdade.Vol.2. Ob.cit.p.708.

comprometia a trabalhar “pelo tempo de dez anos” a Alexandre Silveira. O documento tinha o seguinte teor:

[...] e não tendo eu os meios para satisfazer o mesmo senhor, a referida quantia, se não o meu trabalho, por isso me obrigo, como acima digo, a servir pelo tempo declarado, não podendo eu distrair-me do serviço do mesmo senhor, sem consentimento deste, ficando este obrigado a socorrer-me de todo o necessário para o meu sustento e vestuário, assim como tratar-me nas minhas enfermidades.⁴³

As presidências de província, cargo de indicação política pelo partido que comandasse o ministério imperial, era arma poderosa para garantir implementação da política vigente. Esse encargo determinava que o presidente provincial se aproximasse de sua base eleitoral – Liberais, Conservadores ou Ligas – atendendo suas demandas. Para tanto, utilizou-se maciçamente da Guarda Nacional, força ligada diretamente aos governos locais. Enquanto o Exército esteve no Rio Grande do Sul, a influência do governo provincial sobre ele era maior, mesmo porque inicialmente o comando das forças militares e políticas eram liberais. Fora dos limites do Rio Grande do Sul, a autoridade do presidente era mínima.

Isso não impediu que alguns governantes locais tentassem interferir nas substituições de guardas nacionais por libertos. Assim, em 14 de setembro de 1866, às vésperas da batalha de Curupayty, que praticamente aniquilaria o 2º Corpo do Exército, o comandante daquele corpo recusou um substituto enviado pelo governo. Manuel Marques de Souza, o barão de Porto Alegre, recusaria pretextando que Antônio Augusto Pereira da Cunha, 2º vice-presidente da província, interinamente no comando, não possuía “competência para tomar disposições relativas” ao “exército que só podem partir do governo imperial”.⁴⁴ Certamente, a recusa se deveu muito mais a diferenças políticas do que para cumprir a hierarquia das competências.

Não estavam aptos

Em abril de 1868, Luiz Alves de Lima e Silva, o marquês de Caxias, comandante de todos os exércitos brasileiros em operação contra o Paraguai, recusava nove soldados substitutos enviados pelo presidente da província do Rio Grande do Sul. Os indivíduos Miguel Borba Germano Coelho, Firmino da Luz, Bartholomeu Fagundes, Joaquim Machado, Feliciano de Paula Araújo, Luiz Vaz, Serafim de Lima, Anacleto Brizide e Pedro Afonso não estariam aptos para assentar praça. Caxias recusava os enviados por entender que eles não possuíam “as qualidades precisas para o soldado em

⁴³ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiani de Souza. *Que com seu trabalho nos sustenta*. Ob.cit.p.581.

⁴⁴ AHRS. Correspondência do Barão de Porto Alegre.1866. Autoridades militares, maço 196.

tempo de guerra e estão muito longe de preencher completamente a falta que deixarão nas fileiras aqueles a quem vem eles destinados a substituir.”

A recusa vinha acompanhada de dura crítica à ingerência do dito governante nas questões da guerra. Segundo Caxias, “as presidências de Províncias nada tem com os corpos em campanha e, portanto, completamente fora de suas jurisdições”.⁴⁵ Ao serem enviados, todos recebiam o fardamento, composto basicamente de: 1 blusa de brim, 1 calça de brim, 1 cameira, e chapéu, 1 gravata, uma manta de lã, 1 capote e 1 par de sapatos. Receberam valores de etapas para alguns dias. De todos apresentados, apenas um não era cativo liberto e o único também que partiu com indicação de ser assentado na infantaria. Os demais deveriam ser utilizados onde melhor servissem. Todos os cativos libertos eram naturais do Rio Grande do Sul, apenas o não cativo era natural de São Paulo. A maioria dos nove substitutos foi oferecida por guardas nacionais.

Três libertos recusados: Joaquim Machado, Serafim de Lima e Pedro Affonso, não constam nas cartas de alforria que ora analisamos. Isso é mais um indício de que poderia haver libertos e escravos, nas fileiras do exército, sem registros oficiais. Esse é um dos elementos que dificulta fazer estimativa aproximada de rio-grandenses arrolados nos diversos corpos do exército.

Além dos libertos, cativos não alforriados também estiveram na guerra contra o Paraguai. Alguns relatos demonstram que certos oficiais levaram trabalhadores escravizados ao teatro de operações. Em julho de 1866, o cativo Jeremias, que fora levado à guerra por seu proprietário Irênio José Topázio, foi liberto. A liberdade do cativo foi mediante polpudo pagamento de 1:536\$104, dinheiro que o escravo angariou mediante “uma subscrição”, com permissão de Irênio Topázio. Segundo o documento, o proprietário avaliava que aquele valor era aquém do que havia pago pelo cativo, mas que pelos serviços prestados, consideraria pagos. Não havendo erro na transcrição desses valores, o cativo pagou soma elevadíssima por sua liberdade, valor muito acima dos preços praticados no mercado do Rio Grande do Sul, como vimos. A carta, escrita no acampamento brasileiro, na margem esquerda do rio Paraguai, condicionava a liberdade, além do valor pago, a que Jeremias o acompanhasse até sua “residência na Província do Rio Grande do Sul”, prestando-lhe seus serviços.⁴⁶

⁴⁵ AHRs. Correspondência de Luiz Alves de Lima e Silva, marques de Caxias. 1868. Autoridades Militares, maço 203.

⁴⁶ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiani de Souza. *Que com seu trabalho nos sustenta*: Ob.cit.p.964.

Em setembro de 1868, o major diretor do hospital de Corrientes, Eugênio Luís, deparou-se com o cativo José Lucas, ao qual o proprietário tinha morrido em batalha. Por ordem do comandante dos exércitos imperiais, marquês de Caxias, o cativo ficou ali trabalhando, sem vantagem alguma. Extinto o referido hospital, o escravo deveria ser transferido para outro Corpo, porém havia desaparecido. Explicou o referido médico que o escravo foi conduzido “por um enfermeiro paisano” e, por denúncia, descobriu posteriormente “que ele estava a bordo do vapor Marcílio Dias em companhia do negociante que, com o mesmo escravo”, mandou o general em chefe.⁴⁷ Provavelmente, o escravo foi vendido para o negociante, que logo o empregou no serviço.

A sangria na província do Rio Grande do Sul não cessava. Em fins de 1868, Manuel Luiz Osório, comandante do 3º Corpo de Exército, em correspondência ao presidente da província, solicitava auxílio para reforçar a divisão do coronel José Gomes Portinho com “uma força de 500 homens para mais”.⁴⁸ A referida divisão foi, quem sabe, a que mais teve baixas por deserções e, muitos voltavam ao Rio Grande do Sul, como veremos. Certo de que a ordem dada não era de fácil cumprimento, completava que a força reunida poderia ser enviada aos poucos para seu destino.

⁴⁷ AHRS. CORRESPONDÊNCIA do major Eugênio Luiz. 1868. Autoridades militares, maço 203.

⁴⁸ AHRS. Correspondência de Manoel Luís Osório. 1868. Autoridades Militares, maço 203.